

## O começo da História humana segundo Kant

Olavo de Carvalho

Os escritos políticos de Kant tornam-se muito importantes para o nosso estudo precisamente porque neles o filósofo se expressa livremente sobre os valores e crenças que subscreve, sem a mais mínima preocupação de examiná-los criticamente e nem mesmo de argumentar muito em seu favor. Ele fala, por assim dizer, para um círculo de fiéis ou correligionários dos quais não espera nenhuma objeção séria, antes a adesão fácil, sonsa e solidária.

Um exame superficial poderia sugerir que se trata de meras opiniões sem importância filosófica própria, um *violon d'Ingres* filosófico, uma curiosidade biográfica apenas.

O que, no caso, torna essa interpretação inviável são três fatores:

(1) A longo de toda a sua carreira Kant permanece fiel às opiniões assim expostas.

(2) Ele as apresenta quase sempre não como opiniões pessoais mas como regras universais obrigatórias para toda a humanidade.

(3) Elas têm uma relação íntima com as grandes teses da filosofia kantiana apresentadas em obras de mais peso.

Os pontos 1 e 2 estão sendo demonstrados neste capítulo. O ponto 3 será demonstrado no capítulo III.

O escrito “Conjeturas sobre o começo da História humana”, de 1786,<sup>1</sup> torna-se ainda mais interessante, sob esse aspecto, porque Kant admite estar lidando com um tema do qual toda certeza científica está excluída e onde só o que é possível fazer é “uma especulação imaginativa com base racional”. Um material precioso, portanto, para examinarmos como Kant pensa quando deixado em liberdade para dar rédea solta às inclinações espontâneas da sua alma, sem maiores preocupações críticas.

Ele começa por tomar como ponto de partida a narrativa do *Gênesis*, por não haver outro relato a respeito. Ele admite a crença bíblica de que a humanidade se originou de um casal único, e passa então a oferecer a sua própria interpretação dos acontecimentos, que não pode ser acusada de falta de originalidade.

Desde logo, ele identifica a “voz de Deus”, que se dirige a Adão e Eva, com o puro apelo do instinto natural que fala também aos tatus e às minhocas, donde concludo, embora Kant não o diga expressamente, que estes também foram criados à imagem e semelhança do Todo-Poderoso:

---

<sup>1</sup> “Mutmasslicher Anfang der Menschengeschichte”, *Werke*, Band VI, pp, 85-102.

“Inicialmente, o recém-chegado [ao Paraíso] deve ter sido guiado tão-somente pelo instinto, aquela *voz de Deus* que todos os animais obedecem. Ela permitia que ele usasse de algumas coisas como alimento e o proibia de usar outras coisas (*Gen. 3: 2-3*)... Enquanto o homem inexperiente obedeceu a esse chamado da natureza, sua vida foi feliz.”

Esse estado de equilíbrio instintivo foi rompido pelo advento de um fator inesperado:

“Mas a *razão* logo fez sentir a sua presença e buscou estender o conhecimento dos alimentos para além dos limites do instinto.”

A Serpente, portanto, representa a *voz da razão*, como Deus representava a do instinto natural. O *modus operandi* da razão é dos mais singulares: o homem passou a buscar alimentos “para além dos limites do instinto”, diz Kant, “comparando sua dieta usual com qualquer coisa que um sentido diferente daquele ao qual seu instinto estava ligado – por exemplo, o sentido da visão – representasse como similar em caráter.”

Tento imaginar o nível de estupidez a que o uso da razão teria de ter rebaixado o pobre Adão para que, confundido pelo senso da visão, experimentasse mamar esperma de macaco em vez de leite de vaca, ou comer cocôs de cabrito em vez de jabuticabas, mas, queiram ou não, é isso o que Kant sugere que aconteceu:

“É uma peculiaridade da razão o fato de que ela é capaz, com a ajuda da imaginação, de inventar desejos aos quais não somente falta qualquer impulso natural correspondente, mas que ainda divergem desse impulso. Esses desejos, que são conhecidos primariamente como *lascívia*, gradualmente engendram todo um conjunto de inclinações supérfluas ou mesmo *inaturais*, às quais se aplica o termo *luxúria*.”

Esses parágrafos dão algumas indicações preciosas:

1. Para Kant, Deus é a força da natureza e nada mais.

2. A razão não é uma função integradora, que busca a harmonia entre o natural e o espiritual, mas é uma força demoníaca que se opõe à natureza e a deforma.

3. Com a Queda, o homem não caiu fora da Graça divina, mas do estado primitivo de equilíbrio homeostático natural. A Queda é uma só e a mesma coisa que o despertar da razão, e a Serpente é o impulso do conhecimento racional que liberta o homem do fatalismo natural. Giosuè Carducci viria a condensar essa visão nos versos:

“*O Satana!*  
*O ribellione!*  
*O forza vindice*  
*Della ragione.*”<sup>2</sup>

4. A razão, ao menos de início, não opera esclarecendo, mas confundindo. O homem natural escolhe os alimentos pelo sentido do olfato, que é próximo do da gustação. Quando se torna racional, vê uma coisa que parece comida e, mesmo notando que não tem cheiro de comida, sente o desejo de comê-la.

<sup>2</sup> “*Ó Satanás! / Ó rebelião! / Ó força vingadora / da razão.*” Ao poeta italiano (1835-1907), satanista confesso, não escapou a afinidade entre Kant e os revolucionários de 1789: “Kant decapitou Deus – escreveu ele – e Robespierre decapitou o rei.” Ele colheu essa comparação em Heinrich Heine, que por sua vez a encontrou em Hegel. V. Antonio Gramsci, *Cadernos do Cárcere*, Caderno VIII, § 208, p. 355 da edição americana, *Prison Notebooks*, vol. III, Columbia University Press, 2010.

O leitor deve ter notado que, nos dois anos que decorreram desde a profissão de fé iluminista, a palavra “natureza” mudou de sentido. Em 1784 ela significava a racionalidade secreta que conduzia o ser humano, *malgré lui*, rumo a seus mais altos destinos. Agora ela é a força bruta do instinto, ou “voz de Deus”, que a razão supera mediante o expediente altamente duvidoso de confundir os órgãos dos sentidos.

Haverá nisso algo mais que um deslize semântico? Acho que sim. Os ideais e metas que Kant deseja infundir na mente do leitor são em si mesmos tão confusos, escandalosos e autocontraditórios, que um vocabulário muito preciso só serviria para denunciá-los à primeira vista.

No fundo, porém, não há incoerência alguma entre advogar a extinção do cristianismo como religião dogmática e, fingindo aceitar como fonte fidedigna um dos textos principais que fundamentam o dogma, dar-lhe, com ares da maior inocência, uma interpretação invertida e blasfema. Mil investidas furiosas contra a religião, que pululam nos escritos de Voltaire e Diderot, não produziram na História efeitos tão profundos quanto essa injeção de veneno anestésico (veremos isto mais adiante).

Kant não pretendia, é claro, que seu leitor acreditasse seriamente nessa “história contada por Belzebu a seu neto”. Ele mesmo adverte que se trata apenas de uma “especulação imaginativa com base racional”. Tudo o que ele queria era portanto que esse leitor admitisse a *possibilidade racional* de que as coisas tivessem se passado como ele as imaginou. Mas essa possibilidade evidentemente não existe. Admiti-la mesmo como hipótese é deixar-se rebaixar a um estado de estupidez pueril. Todo animal irracional pode ser enganado por um falso indício dos sentidos. Sem isso não seria possível pescar ou caçar com iscas, e jamais se veria um cachorro atacando sexualmente o joelho de um inocente visitante que não exala nenhum cheiro de cadela no cio. Teriam os peixes, cães e ursos recebido no Paraíso Terrestre, como os seres humanos, o toque iluminante da razão?

\* \* \*

Mas como foi que, segundo Kant, a razão, rebaixando o homem à condição do peixe que engole uma isca de plástico, o elevou a um novo patamar de consciência?

Foi que – imaginem só – a confusão entre comida e aparência enganosa de comida abriu para o jovem Adão a era da... liberdade de escolha: “Ele descobriu em si o poder de escolher ele mesmo um modo de vida e de não estar ligado, como os outros animais, a um modo de vida único... Pois, fora os objetos particulares do seu desejo que o instinto lhe havia até então indicado, abria-se para ele uma infinidade de outros objetos.”

Para ressaltar a importância dessa descoberta iluminante, Kant apela à autoridade do próprio *Gênesis*, 3:7: “Seus olhos, nesse instante, se abriram.”

Mas, se é para acreditar no *Gênesis*, não está certo esquecer tão rapidamente o que foi lido umas poucas linhas antes disso, onde Deus punha à disposição do homem “todas as ervas que dão a sua semente sobre a Terra; e todas as árvores, que têm as suas sementes em si mesmas, cada uma segundo a sua espécie, para vos servirem se sustento a vós” (1:29). Uma pergunta surge inexoravelmente: Como poderiam os erros gastronômicos de Adão e Eva superar, em número, a quantidade dos tipos de alimentos existentes no planeta? Como poderiam as ilusões dos sentidos ampliar as

possibilidades alimentares do casal, se estas já eram, por definição, ilimitadas? De fato, Deus não prescreveu ao homem nenhuma dieta específica, muito menos restritiva. Só lhe proibiu *um único* alimento, mas, obviamente, ilimitado menos um = ilimitado. Novamente, Kant pede que aceitemos como “possibilidade razoável” algo que é uma impossibilidade manifesta.

Que para isso ele tivesse de deformar até à completa inversão o sentido do texto em cujo testemunho se apóia, é algo que me parece quase inevitável. De fato, quando, na narrativa bíblica, os olhos de Adão e Eva “se abrem”, o que se revela diante deles não é um horizonte ilimitado de possibilidades, mas apenas a sua própria nudez, que eles se apressam a cobrir, restringindo em vez de ampliar sua liberdade de ação.

\*\*\*

Kant prossegue explicando que, após ter introduzido uma confusão dos diabos no cardápio de Adão e Eva, a razão fez o mesmo com a vida erótica do infeliz casal:

“O homem logo descobriu que o estímulo sexual, que no caso dos animais se baseia apenas numa urgência passageira e amplamente periódica, podia, no seu caso, ser prolongado e mesmo aumentado por meio da imaginação.”

Nem por isso, no entanto, o Paraíso Terrestre se transformou numa pré-estréia de Sodoma e Gomorra. O mal trazia em si o princípio não só da sua própria solução, mas o da liberdade moral humana, enfim subtraída à tirania dos impulsos naturais.

Foi assim: “Separar dos sentidos um objeto [de prazer] já é mostrar consciência de algum controle racional sobre os impulsos.” Esse controle permite o advento da *recusa*, “o instrumento pelo qual os estímulos puramente sensoriais se recobrem de uma qualidade ideal, e que gradualmente mostra o caminho que leva do desejo puramente animal ao amor”. Daí nasceu, segundo Kant, o *senso da decência*, o desejo de inspirar respeito nos outros.

Parece uma antecipação quase literal da teoria freudiana da sublimação dos instintos. Mas vem com alguns problemas:

A imaginação erótica pode se separar dos instintos, mas não “dos sentidos”, como diz Kant. Separada dos sentidos, uma imagem não é uma imagem, é um conceito abstrato sem nenhum poder de despertar o desejo. Em outro ensaio, o próprio Kant explica: “Por mais elevados que desejemos os nossos conceitos, e por mais abstratos que os tornemos em relação ao reino dos sentidos, eles continuarão associados a noções *figurativas*.”<sup>3</sup>

Se, ao contrário, a fantasia permanece atada estreitamente aos sentidos, e se Adão não se desfaz dela imediatamente como de uma tolice passageira, mas, em vez disso, deixa que ela o arraste à lascívia e à luxúria, decerto com desejo mais intenso e irresistível que o do rotineiro impulso instintivo, não se vê como o ingresso da fantasia erótica no repertório anímico do desnordeado Adão poderia, por si, criar um hiato, um afastamento crítico entre a alma e o desejo, de modo a colocar em movimento o processo da sublimação. Para isso seria preciso, bem ao contrário, um

<sup>3</sup> “Was heisst: sich im Denken orientieren?”, *Werke*, Band III, pp. 265 ss.

impulso moral qualquer que *se opusesse* à fantasia em vez de deixar que a alma fosse arrastada por ela.

Em terceiro lugar, se a variedade de novas modalidades de experiência erótica desperta a possibilidade da escolha, portanto da “recusa”, portanto da sublimação, não se entende por isso não aconteceu já na esfera alimentar, onde, segundo Kant, a “razão” havia acabado de abrir todo um novo mundo de possibilidades, decerto muito mais amplo do que o modesto repertório de invencionices eróticas de um casal único desprovido de parceiros ocasionais.<sup>4</sup>

A essa altura, quem está confuso já não é o infeliz Adão, mas o infeliz leitor. Se conjecturação imaginativa pretende ter algum fundamento racional e ao mesmo tempo se apóia num documento histórico, é preciso que, no mínimo, a interpretação do texto desse documento seja racional em vez de dar rédea solta à mais extravagante e autocontraditória imaginação hermenêutica.

De toda essa confusão, só o que permanece claro e marcado acima de qualquer possibilidade de dúvida são dois pontos:

1. A “razão” é incomparavelmente superior à “voz de Deus”, que não passa de instinto animal.
2. A razão prova sua superioridade abolindo em Adão e Eva o mais elementar discernimento alimentar e depois despertando neles a “lascívia” e a “luxúria”.

Não conheço outro autor da época, com a possível exceção do marquês de Sade, que tenha rebaixado Deus dessa maneira, e que o tenha feito por meio de uma apologia da “razão” que parece antes calculada para denegrir esta última junto com o Todo-Poderoso.

A última etapa da evolução histórica do homem primitivo, na visão kantiana, veio quando o ser humano, já liberto da “natureza” ou “voz de Deus”, percebe, de início obscuramente, mas cada vez mais claro, que ele próprio é o fim e meta da natureza. A partir desse instante, ele já não vê os animais como seus iguais, mas como instrumentos para os fins que ele tenha em mente. Nesse ponto, ele descobre que está em pé de igualdade, radical igualdade, com todos os seres racionais, inclusive os que lhe são superiores: “Assim, o homem alcançou uma posição de igualdade com todos os seres racionais, qualquer que seja o seu nível hierárquico... *incondicional igualdade mesmo com os seres mais elevados.*”

Eis como, por meio dos erros dos sentidos, da lascívia e da luxúria, a “razão” torna o homem igual a Deus, o que a essa altura já aparece como presunção modesta, de vez que pouco antes ele já havia superado esse Deus ao libertar-se da sua “voz”, isto é, da tirania do instinto cego.

Em nota acrescentada ao texto, Kant, no seu característico estilo morde-e-assopra, busca atenuar o sentido inegável do que acaba de dizer. Afirma ele agora: “A história da natureza começa com a bondade, pois é *obra de Deus*; mas a história da liberdade começa com o mal, pois é *obra dos homens*”.

Ele escreve isso no tom de quem não está se desmentindo, e sim apenas confirmando o que disse. Mas o fato é que, no texto, ele *não* disse nada disso. Nem neste texto, nem em outros sobre o mesmo assunto. Como poderia a história da

---

<sup>4</sup> Kant insiste na tese de que a humanidade deve ter-se originado de um casal único.

liberdade ser “obra dos homens” e não da natureza (ou Deus), se, como se viu no § 6, é a natureza que conduz os homens, sem que eles o percebam, ao reino da liberdade e da razão? Por outro lado, como poderia Deus encarnar a bondade, e a liberdade o mal, se é precisamente a liberdade que, guiada pela razão, deve elevar o homem ao mais alto patamar da moralidade? Veremos adiante (Capítulo III) como, de fato, Kant submete a religião à moralidade<sup>5</sup> e, ao proclamar “acima de mim o céu estrelado, dentro de mim a lei moral”, está afirmando, resolutamente, que não há nenhum Deus acima do homem, já que este é “radicalmente igual aos seres mais elevados”. A ambigüidade do termo “natureza” começa aqui a revelar sua razão de ser: se alguém quer, ao mesmo tempo, rebaixar Deus ao estatuto de “voz do instinto” e continuar se dando ares de homem piedoso, precisa mesmo deslizar o mais discretamente possível entre os vários sentidos das palavras que emprega.

5 de novembro de 2014

---

<sup>5</sup> V. “Über das Misslingen aller philosophischen Versuche in der Theodizee” (“Sobre os fracassos nas investigações filosóficas sobre a teodicéia”), *Werke*, Band VI, p. 119. Em “A religião dentro dos limites da razão” (“Die Religion innerhalb der Grenzen der blossen Vernunft”, *Werke*, Band IV, pp. 645 ss.), ele escreve: “A moral não tem necessidade nem da idéia de um Ser diferente que ultrapasse o homem a fim de que este conheça o seu dever, nem de outro motivo além da lei [moral] mesma para que ele a observe. (...) A idéia de um Bem Supremo no mundo, da qual não podemos conceber a possibilidade senão sob a suposição de um Ser supremo, superiormente santo e todo-poderoso... essa idéia, em vez de ser o fundamento da moral, emerge da moral.”